

O século XIX representou um período de profunda crise, apesar das tentativas de ministros e deputados em recuperar o atraso cultural e económico-social do país com uma série de leis e ideias liberais focadas em criar um Portugal livre e modernizado. As ideias liberais tinham como objectivo modernizar o Estado e aproximar Portugal da evolução registada nos Países Europeus. Nesse sentido procedeu-se à implantação de uma administração local centralista e hierarquizada que visava o controlo efectivo do território nacional e das comunidades locais pelo Terreiro do Paço.

As decisões político-administrativas, assumidas neste período, constituíram a matriz do Estado moderno português que perdurou até ao 25 de Abril de 1974. Devido a esta reestruturação os municípios perderam competências e meios orçamentais, o que os leva a perder autonomia. Os vários governos deste período fizeram importantes reformas no ensino, tornando-o obrigatório e gratuito, alargaram o ensino liceal a todas as capitais de distrito e fundaram as primeiras escolas de ensino técnico. No entanto, grande parte da população continuava analfabeta.

Outros dos graves problemas se abateram sobre a cidade no início do século XIX foram a fome, devido à falta de trabalho, e a peste, o que incentivou a deslocação de uma parte significativa da população. A indústria da seda continuou parada devido aos problemas com as culturas das amoreiras e à falta de artífices tecnicamente qualificados e comerciantes. Até às recentes intervenções, ao abrigo do Polis, este foi o último período no qual o rio Fervença fez parte da vida e da estrutura económica da Cidade, associado ao peixe, aos produtos hortícolas, à produção das farinhas e à indústria dos *cortumes*.

Assistiu-se pontual e fugazmente a reactivações comerciais sustentadas pela exploração da seda, compreensível pela quebra de produção desta matéria-prima nos países industrializados. No entanto, a fugacidade destes momentos é confirmada pela total e definitiva extinção da actividade têxtil na cidade.

Como consequência de todos estes factores, ocorreu novo fenómeno na região, o da emigração sistemática, transformando a cidade num centro emissor de população estimulado pela instalação do caminho-de-ferro. Contudo, a ligação ferroviária de Bragança não foi conquistada com brevidade nem foi fácil de estabelecer. Já o País usufruía da ligação Porto-Lisboa, quando se iniciou uma verdadeira batalha para obter ligação ferroviária até à cidade de Bragança. Foram apresentados projectos para a construção da linha do Tua desde 1878 até 1901. Ano em que, finalmente, as obras são iniciadas. Os primeiros planos apenas previam o trajecto até Mirandela, mas a 31 de Dezembro de 1906, a linha finalmente completou o seu traçado até Bragança. Esta nova acessibilidade permitiu que Bragança desenvolvesse as suas actividades económicas podendo circular bens e pessoas com maior comodidade e facilidade. No entanto, a facilidade que as pessoas conquistaram nas suas deslocações permitiu, ao invés de atrair população, facilitou a deslocação desta para pólos mais desenvolvidos e atractivos, o que derivou, novamente, em decréscimo de populacional.

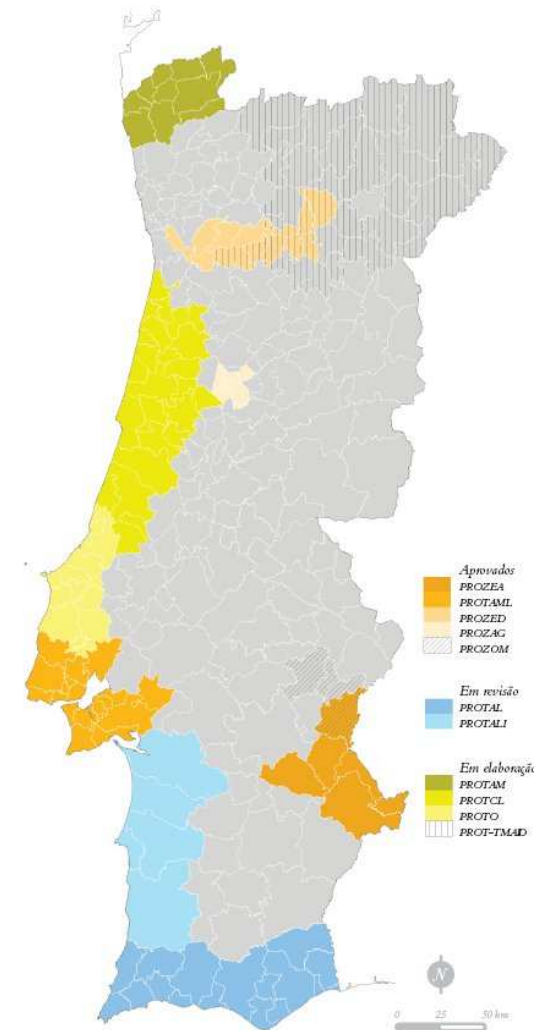
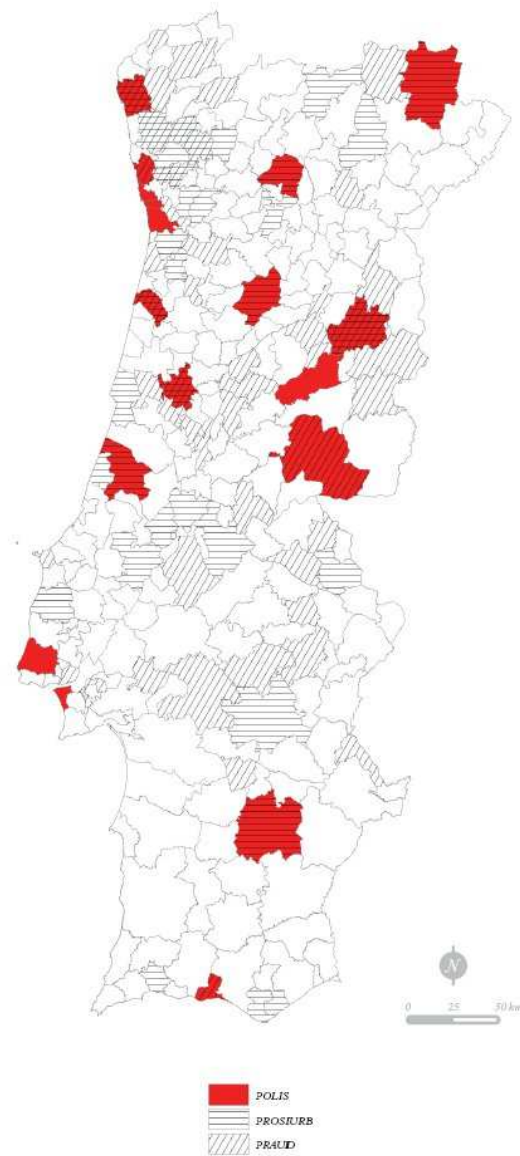


Imagem 26 – PAUD, PROSIURB e Polis (território nacional)

Imagem 27 - PROT (território nacional)

3. Planeamento

O sistema de planeamento actual concretiza-se essencialmente a três escalas: nacional – sob a figura máxima do PNPOT^{xvi} (Programa Nacional de Planeamento e Ordenamento do Território) – regional – PROT^{xvii} (Plano Regional de Ordenamento do Território) – e o local concernente ao ordenamento do território às escalas municipal, urbana e de pormenor, respectivamente apoiadas pelos PDM^{xviii} (Plano Director Municipal), PU^{xix} (Plano de Urbanização) e PP^{xx} (Plano de Pormenor). A organização e administração dos territórios baseia-se em medidas delimitadoras de sub-territórios para controlo de práticas administrativas, procurando enquadrar Planos e Programas, cuja finalidade é orientar o desenvolvimento territorial. O primeiro nível a ser estruturado foi o concelhio, dada a obrigatoriedade, a partir de 1882, de elaboração do PDM. Hoje todos os concelhos, à excepção de Lagos, têm PDM e muitos estão em fase de revisão, vinte e seis anos passados sobre a respectiva aprovação e ratificação pelo governo central.

Com o objectivo de ajustar e ordenar as diferentes realidades do processo de desenvolvimento das cidades portuguesas, diversas áreas de actuação territorial têm proposto outros tipos de plano ou simplesmente definido espaços de acção fora do Sistema de Planeamento Português. É o caso do Ambiente, com a definição das Áreas Protegidas para territórios de excepcional importância em matéria de recursos naturais; o caso da gestão das Redes Hidrográficas; e os casos que se prendem com a gestão da economia regional onde sobressaem as Regiões de Turismo e as Regiões Vinícolas. Ainda do ponto de vista da melhoria do desempenho das potencialidades territoriais, foram definidos diversos programas sectoriais.

Estes programas têm reforçado o papel que os centros urbanos em geral, evidenciam na estruturação do território. Destacam-se, assim, os que incidiram na cidade como um todo, como o PROSIURB^{xxi} (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional) definido no final dos anos 80 e que se propunha reforçar o papel das cidades médias portuguesas; e o PRAUD^{xxii} (Programa de Renovação das Áreas Urbanas Degradadas) que incidiu, principalmente, nos centros históricos. De cariz mais sectorial mas com grande importância, principalmente quando em acção conjunta com outros programas, o PROCOM/URBCOM (Programa de Apoio à Modernização do Comércio) destinado a renovar e reestruturar o comércio urbano; assim como o RECRIA^{xxiii} (Programa de Reabilitação de Habitação Degradada), e o PER^{xxiv} (Plano Especial de Realojamento). Todas estas medidas ajudaram os centros urbanos portugueses a saírem de algumas dificuldades de ordenamento e gestão urbanística, geradas nos anos 60 e decorrentes de uma desestruturação da economia portuguesa que empurrou as populações do interior para as cidades do litoral, em busca de melhores condições de vida. O Polis^{xxv} é a mais recente iniciativa da Administração Central que visa melhorar a qualidade urbana das cidades portuguesas.



Imagem 28 – Estudos para execução da revisão do Plano de Urbanização (década de 60)

3.1. Século XX

O novo século é sinónimo de mudança, entre elas, e muito significativa, a sensibilidade cultural. As bases da mudança surgiram nos séculos anteriores, mas foi este século que reuniu as conjunturas necessárias para a sua concretização.

A par das significativas alterações da paisagem urbana, assiste-se ao despertar da consciência social para com o tema da conservação e restauro de monumentos, que se começavam a destacar pelo abandono ou falta da devida manutenção. As novas urbes, invadidas pelas renovadas intervenções e visões, alertaram os conservacionistas para a necessidade de salvaguardarem o «antigo», o «histórico», o «identitário» - numa óptica romântica – perante o aliciante «novo» e o «moderno». Em Bragança, as intervenções de salvaguarda que mais destaque obtiveram foram as realizadas junto à Sé, junto à Igreja de Santa Maria e da Domus Municipalis, e ainda nas imediações da muralha da Cidadela. A primeira intervenção passou pela desactivação do tráfego junto ao edifício e substituição da rua por uma Praça que o vai emoldurar. A segunda e a terceira consistiram na demolição do edificado habitacional mais próximo diminuindo a densidade do envolvente. Ambas as intervenções se basearam no objectivo de tornar estes elementos urbanos admiráveis com um único olhar e de poderem ser observados na sua totalidade, com o menor esforço.

Até meados do século XX, Bragança assiste a um crescimento e consequente desenvolvimento urbanos muito pouco significativos. Apesar das novas medidas no domínio da educação e das melhorias das condições de trabalho neste século, a cidade não deixa de ficar marcada pela estagnação e crescente interioridade da região, o que reforça a emigração sistemática.

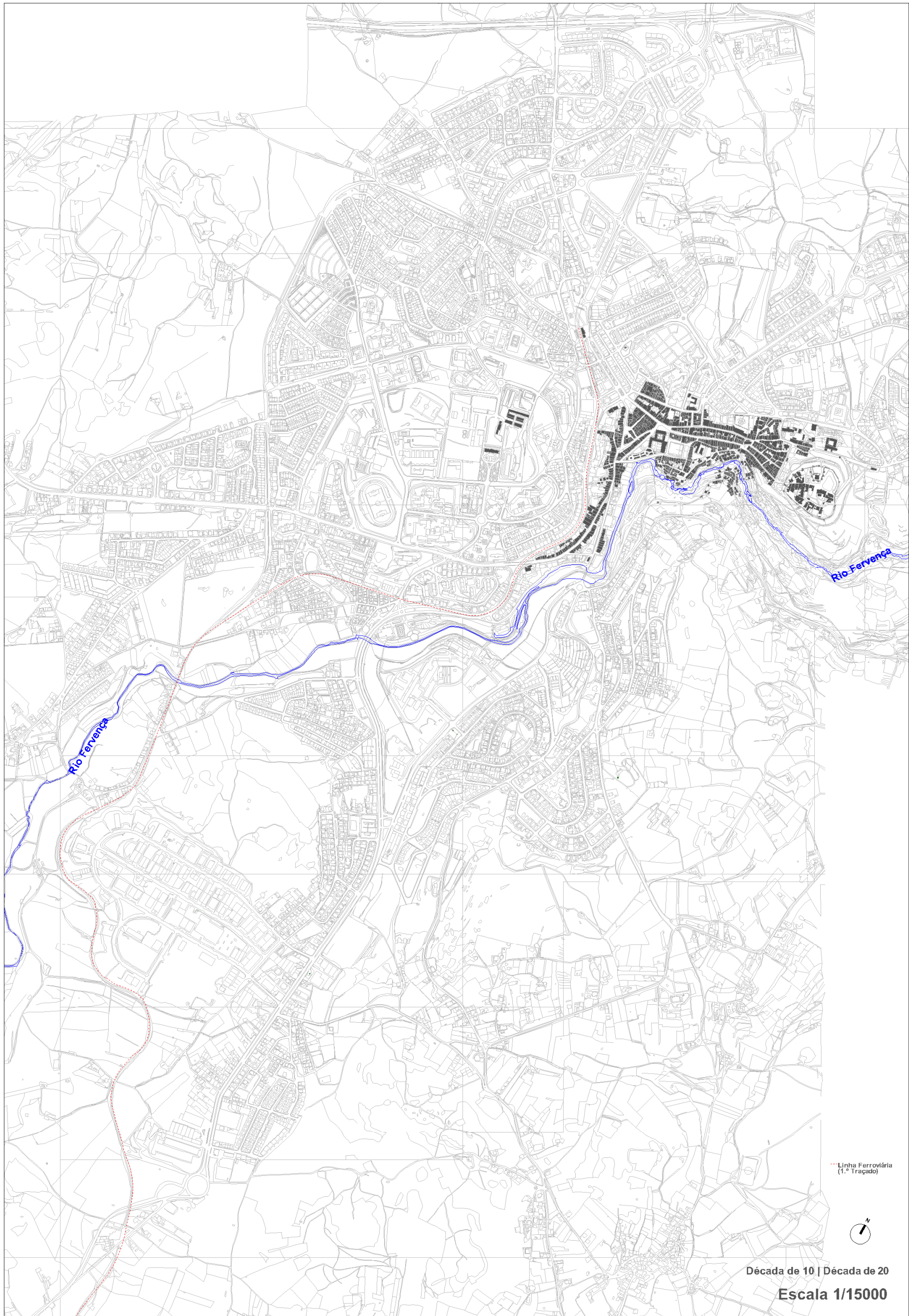
“(...) trata-se ainda de uma cidade ruralizada: ‘Além de um piso detestável, que contorce os pés ao andar, por toda a parte deparamos com poças de água e de lama, com

montouros onde fossam os porcos e esgaravanham as galinhas n’uma liberdade imperturbada [...] As ruas são as pocilgas e as capoeiras da maior parte dos moradores d’esta cidade, dos quaes são raros os que não possuem pelo menos um porco, que à noite, numa promiscuidade repugnante compartilha com elles da mesma habitação, onde abrigadamente dormem. Rompem a manhã, abrem-se-lhes [sic] as portas e toca para a rua, onde eles gozam de mais garantias, que os humanos transeuntes...’ (Correio Brigantino, n.º6, 19/04/1905).”¹⁴

A chegada do caminho-de-ferro não teve o efeito de reanimação na economia urbana e regional que se aspirava. No entanto, a localização da estação do caminho-de-ferro no limite da Avenida João da Cruz foram relevantes para a expansão da cidade.

A propaganda do regime político autoritário que assumiu o governo em 1933 fundamentou-se, em grande parte, nas obras públicas. Nesse sentido proliferou um planeamento urbano, progressivamente mais cuidado e complexo, do qual resultaram novos arruamentos, jardins, praças e avenidas. Entre estes componentes urbanos podem-se salientar o arranjo urbanístico da Praça Cavaleiro Ferreira e da anexa Avenida João da Cruz. Nesta época são visíveis as primeiras influências alemãs e italianas, quer no domínio do urbanismo quer no domínio da arquitectura, através do modo de desenhar o espaço público. Este alude a uma versão tardia da cidade-jardim, numa ambiguidade entre a ruralidade em que prevalece a inovação tipológica da moradia isolada ou geminada, e o urbano, do edifício público austero e monumental.

¹⁴ AA. VV., *Bragança – um olhar sobre a cidade*, pp.39



Imagens 29 – Nesta década não decorreram alterações significativas no desenvolvimento da cidade, traduzido no insignificante crescimento que a Planta traduz.

3.1.1. Década de 10 | Década de 20

A transição de século representa a ruptura entre a cidade histórica tradicional e a cidade industrial. Esta ruptura é culminada pelas fortes migrações do campo para a cidade, tardias em relação ao resto do continente europeu e de que Bragança foi exemplo nacional. A cidade não foi receptora mas emissora de fluxos migratórios tanto para as cidades do litoral como para outros países. Deste modo, ocorreram transformações profundas, ainda que graduais, na escala da urbe, assim com a sua relação com os territórios envolventes, criando áreas urbanas a que, comumente, denominamos de centro histórico.

Na primeira década, não decorreram demais alterações significativas na cidade de Bragança. Os únicos registos de intervenção urbana são referentes ao embelezamento da cidade a título da visita real, marcada para 9 de Dezembro de 1910.

“Nesta perspectiva publicam-se algumas deliberações tendentes a melhorarem a higiene pública, a conservação das calçadas, razão pela qual se proibiu a circulação de carros-matos nas ruas da urbe, e o alinhamento das principais artérias. Com esta orientação, obrigaram-se os proprietários a fazerem obras e a caiarem as frontarias dos edifícios.”¹⁵

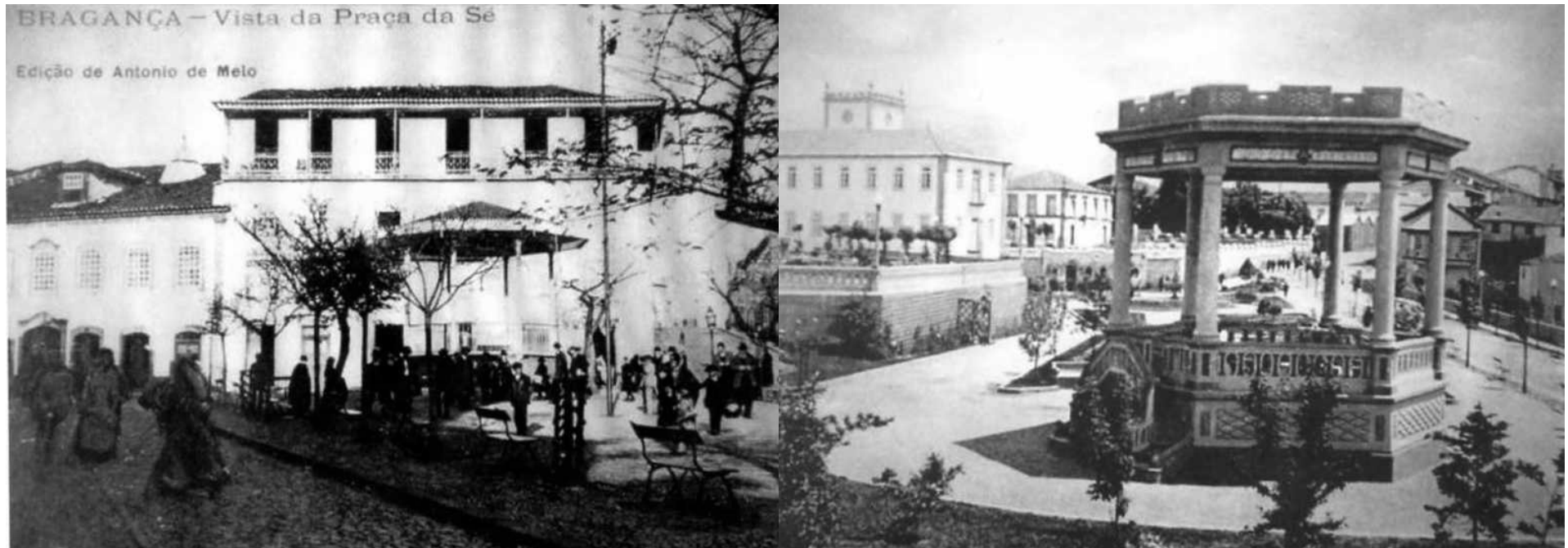
Após instauração da República, grande parte das iniciativas da Câmara Municipal foram no sentido de realizar melhoramentos na urbe e nos seus principais acessos. Este período é marcado por concursos para fornecimento de energia eléctrica destinada à iluminação pública,

conservação e construção de largos, praças, jardins e edifícios administrativos, assim como ocorrem numerosas intervenções de melhoramento tanto nas estradas do núcleo urbano como nas ligações às localidades mais próximas.

Aquando da mudança administrativa, ocorreu ainda a ocupação dos espaços deixados vagos pela Igreja, por parte do estado, o que se reflectiu no domínio do património arquitectónico localizado predominantemente no núcleo antigo. A produção legislativa de então demonstra o interesse pelo património de grande valor histórico, identificando e catalogando-o, quer fosse de carácter móvel ou imóvel.

O crescimento da cidade, neste período, é indissociável das consequências do grande contingente, tendo em conta a percentagem de homens da região, que foi enviado para a Guerra e que não regressou. A população diminui e muitas famílias ficam desamparadas, logo, não existe grande predisposição popular que resulte no fomento o seu próprio progresso. Uma significativa parte das verbas municipais são atribuídas às famílias pobres dos militares recrutados.

¹⁵ BERENGUEL, FREIXO e RODRIGUES, *op. cit.*, pp. 43



Imagens 30 e 31 – Largo da Sé (à esquerda) e Jardim Público (à direita) – (década de 10/20)

Até ao final da década de 20, Bragança assiste a uma requalificação urbana devido a um grande esforço regionalista e aos recentes investimentos por parte do Estado Novo. Algumas das intervenções foram: o “*Jardim Público, já em fase adiantada no ano 1929, implantado em terreno da vasta cerca do Liceu (...). As obras de Av. João da Cruz também são iniciadas por esta altura (só serão concluídas por volta de 1946). Avenida citada, artéria larga com jardim, a comprovar a atracção que a estação de caminho de ferro, o comboio inaugural havia chegado a Bragança em 1906, exerce sobre a ‘povoação antiga’, através da avenida que na estação desemboca.*”¹⁶ Esta citação atesta a preocupação com a educação materializada com a instalação e equipamento de várias escolas. Entre elas o Liceu, localizado no antigo Colégios dos Jesuítas, e a Escola Normal de Habilitação ao Magistério Primário.

O traçado da linha ferroviária influenciou profundamente o perímetro urbano, constituindo uma barreira física significativa que conteve o crescimento da cidade. Esta viria a ser ultrapassada, com a construção de um bairro social apenas no final da década de 30.

¹⁶ AA. VV., *Bragança – um olhar sobre a cidade*, pp.39

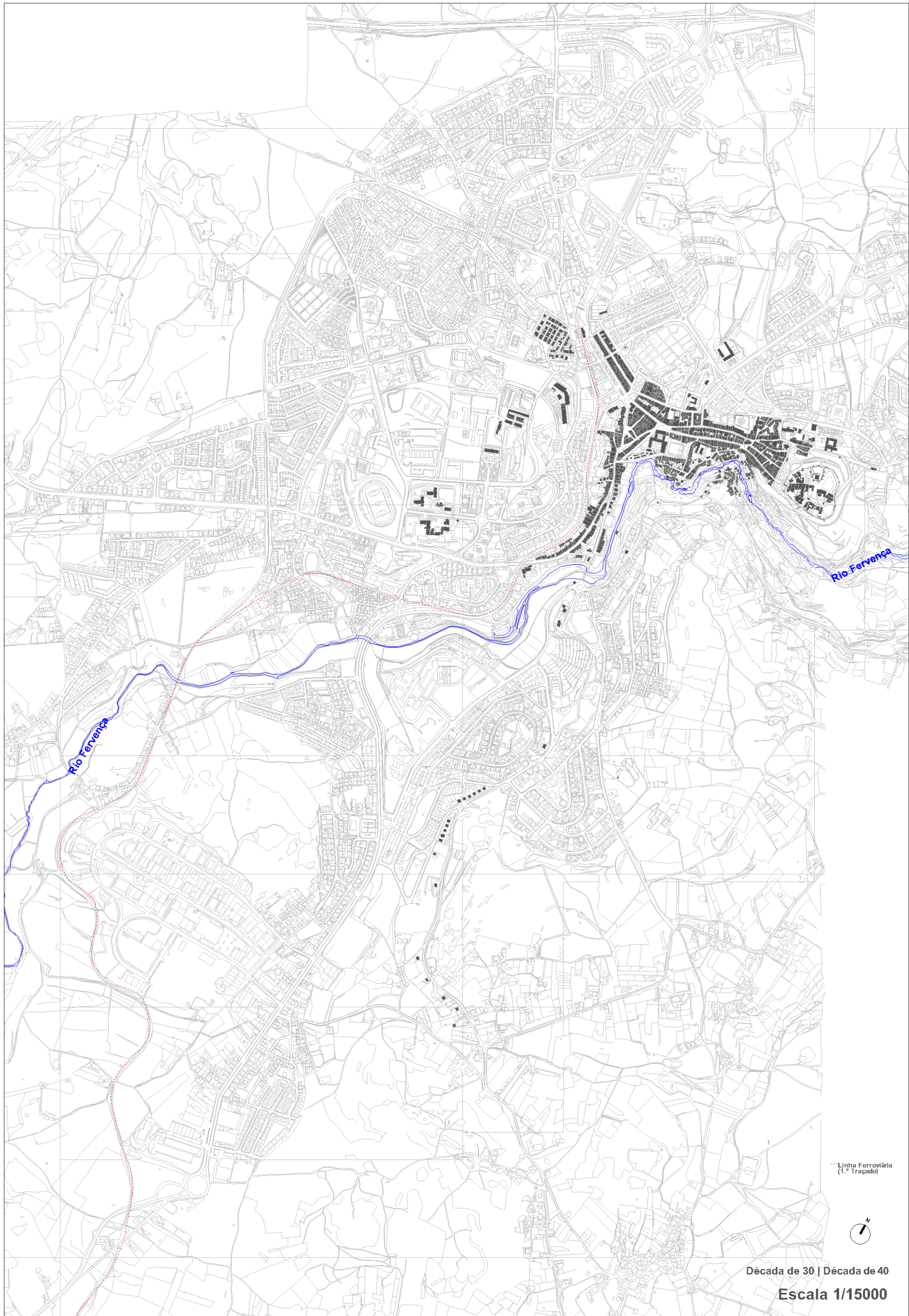


Imagem 32 – O aglomerado ultrapassa a barreira física que a linha ferroviária representava. Os equipamentos públicos começam a interpor-se no desenho da cidade.

3.1.2. Década de 30 | Década de 40

Como consequência político-urbanística Pós-Guerra Mundial surgiram Planos de renovação dedicados às zonas históricas, os quais já se debruçam sob preocupações higienistas e funcionalistas. Os bairros antigos, demasiado densos, são caracterizados por ruas estreitas e sombrias, sem espaços verdes criadores de oxigénio. O que não corresponde aos elementos indispensáveis aos seres vivos: sol, espaço e vegetação. Em 1929 começam as obras de recuperação da Domus Municipalis e do Castelo. Estas intervenções basearam-se na demolição de casas consideradas insalubres em redor destes elementos urbanos, permitindo a construção de largos e espaços verdes no seu envolvente.

“Mostrava-se (...) uma completa ignorância em relação aos ambientes existentes na cidade antiga (...). É ainda a visão do monumento histórico por oposição ao património, como valor de memória, ao conjunto, onde se incluem a arquitectura, monumental ou doméstica, e ao tecido social (...).”¹⁷

No contexto do Estado Novo a metodologia do restauro intervencionista desenvolve-se no sentido de procurar devolver aos edifícios, previamente inventariados pela AACAP (Associação dos Arquitectos Cívicos e Arqueólogos Portugueses), *“as suas características originais, particularmente se estas forem estilisticamente conformes à época histórica eleita como potenciadora da nacionalidade.”¹⁸* Foram criadas áreas

de defesa para estes monumentos, cujo conceito urbano é muito próximo às posteriores *zonas de protecção*. É ainda patente a ausência de preocupação em integrar iniciativas privadas nestas zonas, o que se reflecte nas rígidas regras que proíbem qualquer construção ou reconstrução sem as devidas licenças e pareceres administrativos, na proximidade de um monumento.

Em 1934, o Ministro das Obras Públicas Duarte Pacheco introduz na legislação portuguesa os PGU (Planos Gerais de Urbanização) sistematizando as práticas legais, administrativas e processuais no planeamento urbano. Esta renovação das práticas urbanísticas teve grande influência de urbanistas estrangeiros que elaboraram os primeiros Planos de Urbanização, a convite do ministro.

A nova legislação vai ao encontro de integrar num plano um vasto programa e as transformações necessárias de forma a garantir as melhorias urbanas necessárias. No entanto, as consequências sociais, como o desalojamento de famílias que resultava na fragmentação social, não eram impeditivas perante o propósito de emoldurar os monumentos com um envolvente cenográfico. Contudo, o tema *recuperação* vai levantar outras preocupações, tão legítimas quanto pertinentes, entre elas a autenticidade.

¹⁷ FLORES, *op. cit.*, pp.61

¹⁸ *Idem*, pp.29



Imagens 33 e 34 – Praça dos Paços do Concelho, actual Praça Cavaleiro Ferreira
Imagem 35 (à esquerda, em baixo) – Ante-Plano para a Praça dos Paços do Concelho
(década de 50)

“Se por um lado é fácil criticar estas acções levadas a cabo pela DGEMN, por outro é necessário reconhecer que as milhares de intervenções realizadas, quer as de carácter conservacionista, quer as de carácter intervencionista, salvaram da ruína muito do nosso património construído, que de outro modo teria e cuja memória muito possivelmente se perderia.”¹⁹

A partir de meados da década de 30, as intervenções no território português são predominantemente de iniciativa do Estado, associadas às preocupações com a modernização do sistema viário, enquanto o zonamento funcional e os planos de urbanização centraram-se na questão da oferta de habitação e reorganização de equipamentos colectivos. Objectivou-se, então, resolver a carência habitacional efectivamente assumida como uma questão social, e por outro lado, o aumento do património público imobiliário como um factor de desenvolvimento económico. Para tal, são inicialmente elaboradas propostas segundo o conceito de habitação social cuja imagem está associada à «casa isolada para uma só família». Nestes conjuntos o espaço urbano é reordenado segundo as directrizes do urbanismo moderno definidas na *Carta de Atenas*^{xxvi} de 1933 em que as actividades *trabalhar, circular, habitar e recrear* passam a estar espacialmente consideradas. O percurso então seguido reflecte um processo de actualização cultural de raízes locais, identificando a revisão dos conceitos racionalistas inicialmente adoptados. Entre 1933 e 1936 iniciou-se a construção do Bairro Operário da Estação,

constituído por vinte e quatro casas de renda económica. No mesmo período, a autarquia cedeu o terreno para a construção do edifício dos Correios.

Neste contexto interessa, ainda, analisar o modo como a iniciativa pública assume o planeamento e execução de novas propostas de organização e de desenho da cidade, e, ainda, que tipo de alterações culturais e sociais se verificam no modo de habitar.

No final dos anos 30, o modernismo, ou arquitectura internacional, deixou de responder às exigências propagandistas do regime político. Houve uma mudança de mensagem a transmitir: a modernidade, a inovação e a criatividade foram substituídos pelo tradicionalismo e nacionalismo, um modelo caracterizado pelas fortes influências dos regimes totalitários europeus. As novas tendências foram consideradas como as que melhor definiam os interesses do regime. A utilização de um estilo caracterizado como tradicionalista compreendia que obras de ampliação de edifícios respeitassem o estilo predominante, como é o caso da proposta de acrescentamento da Torre da Igreja da Sé. Os últimos anos da década são ainda marcados pela intensa actividade comercial e mineira. Com o eclodir da 2.^a Grande Guerra a cidade foi procurada pelo volfrâmio. A anómala actividade deu origem à abertura de algumas ruas e ao calcetamento de outras cujos edifícios foram reconstruídos.

No início dos anos 40 são elaboradas as primeiras Plantas Topográficas de sedes de concelho, a partir das quais foram executados grande parte dos Planos de Urbanização das cidades médias portuguesas.

¹⁹ FLORES, *op. cit.*, 131



Imagem 36 (à esquerda) – Antigo Jardim Público
Imagens 37 e 38 (à direita) – Avenida João da Cruz

Duarte Pacheco, enquanto Ministro das Obras Públicas e mediado pela DGSU^{xxvii} (Direcção Geral dos Serviços de Urbanização), controlava e seleccionava os técnicos responsáveis pelo urbanismo em cada cidade, sendo por vezes aceites os indicados pelas respectivas Câmaras Municipais. Após o desaparecimento desta individualidade, as Autarquias tiveram total autonomia para escolher os seus profissionais o que representou um decréscimo na produção e apresentação de Anteplos. Este facto poderá dever-se à despreparação de alguns técnicos que se deparam com situações perante as quais constatam uma grande ausência de instrumentos técnicos, administrativos, regulamentares e financeiros, capazes de dar resposta às necessidades urbanas.

Nestas duas décadas, Bragança deixa perceber a crescente preocupação em instalar equipamentos públicos de maior importância e que respondam às necessidades emergentes da sua população. É a partir deste momento que se assiste ao papel preponderante que o planeamento, enquanto instrumento de desenho urbano, desempenha no crescimento ordenado da cidade.

Decisivo para o seu desenvolvimento é apresentado em 1947 o Plano de Urbanização da Cidade elaborado pelo arquitecto português Januário Godinho, precedido por «instruções para efeito da construção de casas à margem da Estrada do Turismo» em 1945, e pelo Ante-Plano de Urbanização em 1946. O plano de Urbanização de 1947 previa essencialmente a construção do Hospital e do Quartel. A indefinição do local de implantação para estes edifícios permitiu que a construção não fosse iniciada antes da revisão do Plano em 1956.

O primeiro documento, relativo à Estrada do Turismo, previa e tentava disciplinar o crescimento urbano da cidade para este. Neste texto

eram referidas algumas normas gerais de estética, higiene e construção cujo objectivo era o de uniformizar as características desta via. Entre os princípios fundamentais a respeitar expuseram-se os seguintes: deviam apenas ser construídas residências pequenas com carácter privado, com dois pisos, com altura total variável entre 6 e 8m – cave alta e um andar ou rés-do-chão e primeiro andar. Apenas eram permitidas construções na margem Sul da estrada, afastadas do eixo da via 12m, espaço este ocupado por vegetação, muros junto à rua simples e com uma altura máxima de 1,20m. As edificações deviam distar dos limites laterais no mínimo 5m, distando, assim, da edificação vizinha no mínimo 10m. Não eram autorizadas construções em massa, excepto casas gémeas e construídas simultaneamente. Deviam ser cobertas com telha tipo canelada com beirais à vista e sem platibanda. Não eram autorizadas construções com terrenos com frente inferior a 20m e a largura de frente de uma construção não deverá ser inferior à sua altura. Todas as construções na retaguarda das principais devem apresentar projecto para ser sujeito a aprovação. Não se autorizava a aplicação de cores fortes na fachada. Este documento procurava, assim, estabelecer rígidas regras para uma via que nunca se mostrou preeminente ao longo do progresso da cidade. Nesse sentido, a sua relação com o centro da cidade foi claramente negligenciada e sobrevalorizada.

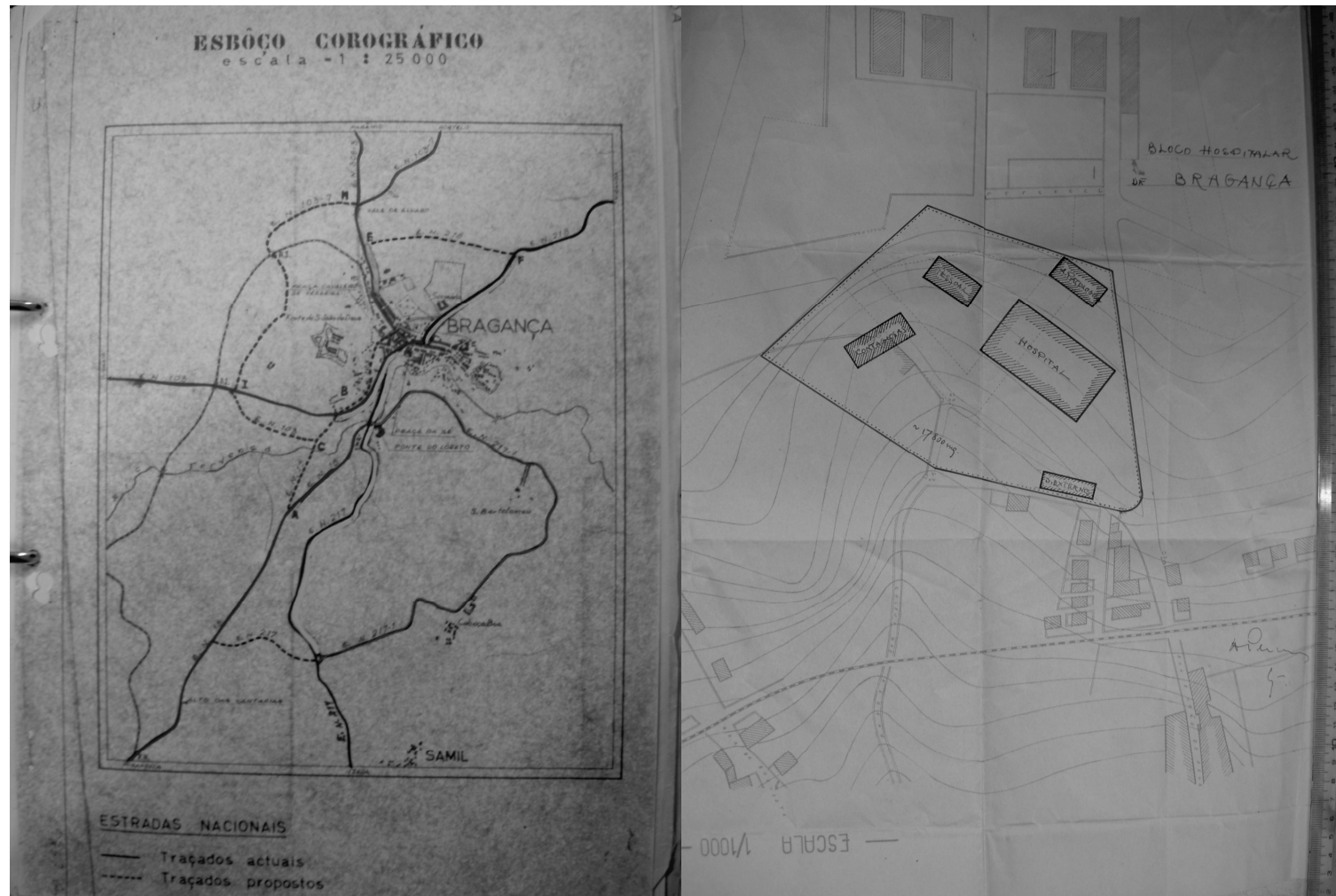


Imagem 39 (à esquerda) – Esboço Corográfico indicador do Esquema Viário fundamental

Imagem 40 (à direita) – Estudo Prévio para a implantação do Bloco Hospitalar

Ao mesmo autor são atribuídas algumas orientações no sentido de melhorar a rua do Loreto. Considerada uma rua de habitação deveria obedecer a alguns princípios, entre eles: não alterar o perfil transversal da rua e ter em consideração a zona mais estreita (não inferior a 10m); a altura máxima dos edifícios não devia exceder a largura da rua e também não devia ser permitida a edificação de altura inferior. Estas informações indicadas em correspondência, não têm qualquer suporte urbanístico e a sua aplicação, devido ao que se pode observar hoje, foi pouco provável.

Grande parte do processo de acompanhamento, por parte de Januário Godinho, é realizada através de correspondência, na qual são referidas peças desenhadas, pelo próprio, que foram enviadas para a Câmara Municipal de Bragança. No entanto, a localização não é conhecida. Este facto causa dúvidas relativamente ao que se pode classificar como seu contributo na transformação da cidade. Existe a possibilidade de alguns técnicos locais terem realizado, no mesmo período, plantas inerentes à reorganização da cidade, no entanto desconhece-se o autor a quem pudesse corresponder a ideia global que fundamenta esses mesmos desenhos.

Em síntese, estas duas décadas, em Bragança, são caracterizadas pela mudança e por melhoramento na cidade. Foram realizadas obras e intervenções urbanísticas de conservação em edifícios e jardins públicos, reparação e construção de edifícios escolares, recuperação da Domus Municipalis e da muralha da Cidadela. Iniciaram-se ainda as obras da Avenida João da Cruz – projecto também atribuído a Januário Godinho, embora o projecto da taça de água e lago decorativo seja da autoria do arquitecto Francisco Fonseca Modesto – assim como, foram melhoradas as

vias urbanas da cidade e as suas ligações viárias às localidades mais próximas.

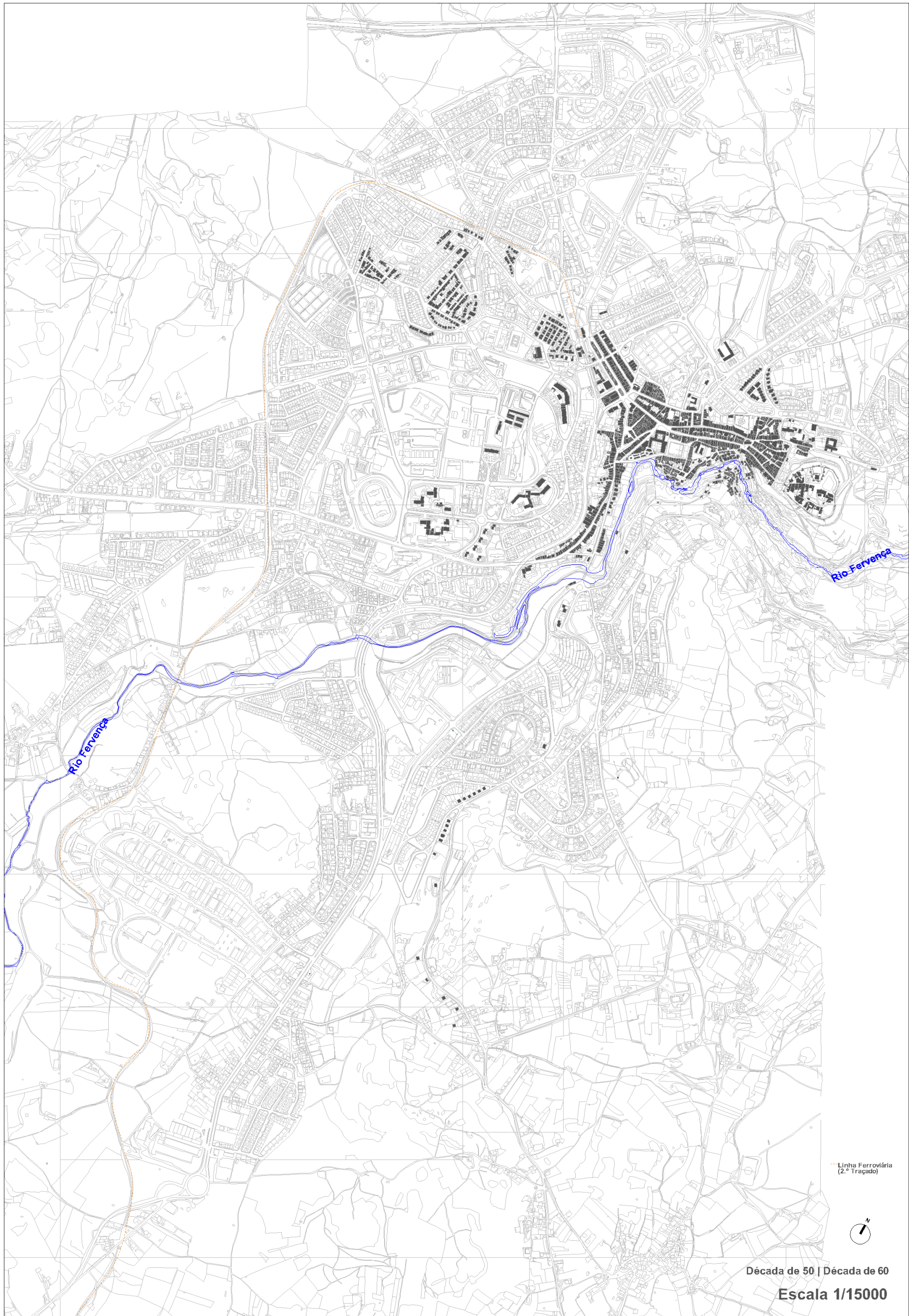


Imagem 41 – O aglomerado ultrapassa a barreira física que a linha ferroviária representava. Os equipamentos públicos começam a interpor-se no desenho da cidade.

3.1.3. Década de 50 | Década de 60

Nos anos 50 e 60 a população urbana cresceu, o que resultou no aparecimento das actuais periferias, tornando-se mais pertinente a reorganização territorial, tanto à escala municipal como inter-regional. Paralelamente ao crescimento das periferias, também crescem as iniciativas que vão encontro da requalificação urbana dos núcleos antigos. Neste período, urbanistas e arquitectos tiveram a possibilidade de usufruir de bolsas em países onde muitas questões inerentes à requalificação urbana dos centros antigos já haviam dado o derradeiro salto da teoria para a prática. Entre eles Holanda, Inglaterra e Itália. O contacto com as mais recentes práticas urbanas, realizadas na Europa, foram materializados em textos sobre a temática da reabilitação e preservação urbanas e novas metodologias foram inseridas nos estudos realizados pela DGSU. O processo de Planeamento deixa de depender exclusivamente dos urbanistas e dos arquitectos e passam a ser constituídas equipas pluridisciplinares. No entanto, apesar das inovações, a política do Estado Novo manteve-se no que diz respeito à abordagem dos monumentos, continuado a tratá-los de forma cenográfica e museológica.

A Sé de Bragança foi, neste período, distanciada do seu envolvente. O tráfego junto ao edifício foi cortado e no seu lugar surge o prolongamento da praça pública onde havia um Coreto. Este, entendido como obstrução ao emolduramento e à visibilidade do edifício da Sé, foi demolido.

As intervenções de restauro em monumentos nacionais e edifícios de grande valor histórico que se realizaram ao abrigo dos Planos de Melhoramento da DGEMN^{xxviii} (Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais), pautaram-se pela manutenção da forma e imagem do edifício, seguindo o *traço* que se entendia por original; pelo apagar de intervenções que deixaram importantes contributos arquitectónicos posteriores; e por

reconstituições históricas, nem sempre realizadas com bases científicas rigorosas, em que se produziam regularmente apêndices à obra num estilo denominado como *tradicional português*, no sentido de restabelecer as bases da identidade urbana.

“A legislação (...) em vez de enquadrar as iniciativas num plano conjunto, tem-se limitado a fomentar aquele surto [a tolerância do processo de renovação], em regime de excessiva liberdade comercial, sem lhe opor, ao menos, uma disciplina técnica. (...)”

“Pelo lado da estética e da interpretação histórica (...) se o tecido urbano e os imóveis que o guarnecem têm entre si, por obrigação, uma correspondência, que é marca do tempo em que foram concebidos e realizados, a substituição desordenada dos vários prédios em estruturas de valor histórico representa um grosseiro erro que compromete a cultura e a sensibilidade de uma época.”²⁰

As palavras-chave associadas ao desenvolvimento da cidade, a partir deste período são: Educação e Administração. Construíram-se mais de meia centena de escolas ao abrigo de um programa de alfabetização do concelho. Duas delas da autoria de Viana de Lima, na zona do Toural e Beatas. A Junta de Construções para o Ensino Técnico Secundário foi responsável pela construção da Escola Industrial e Comercial de Bragança, em terreno cedido pela autarquia.

²⁰ FLORES, *op.cit.*, pp.147

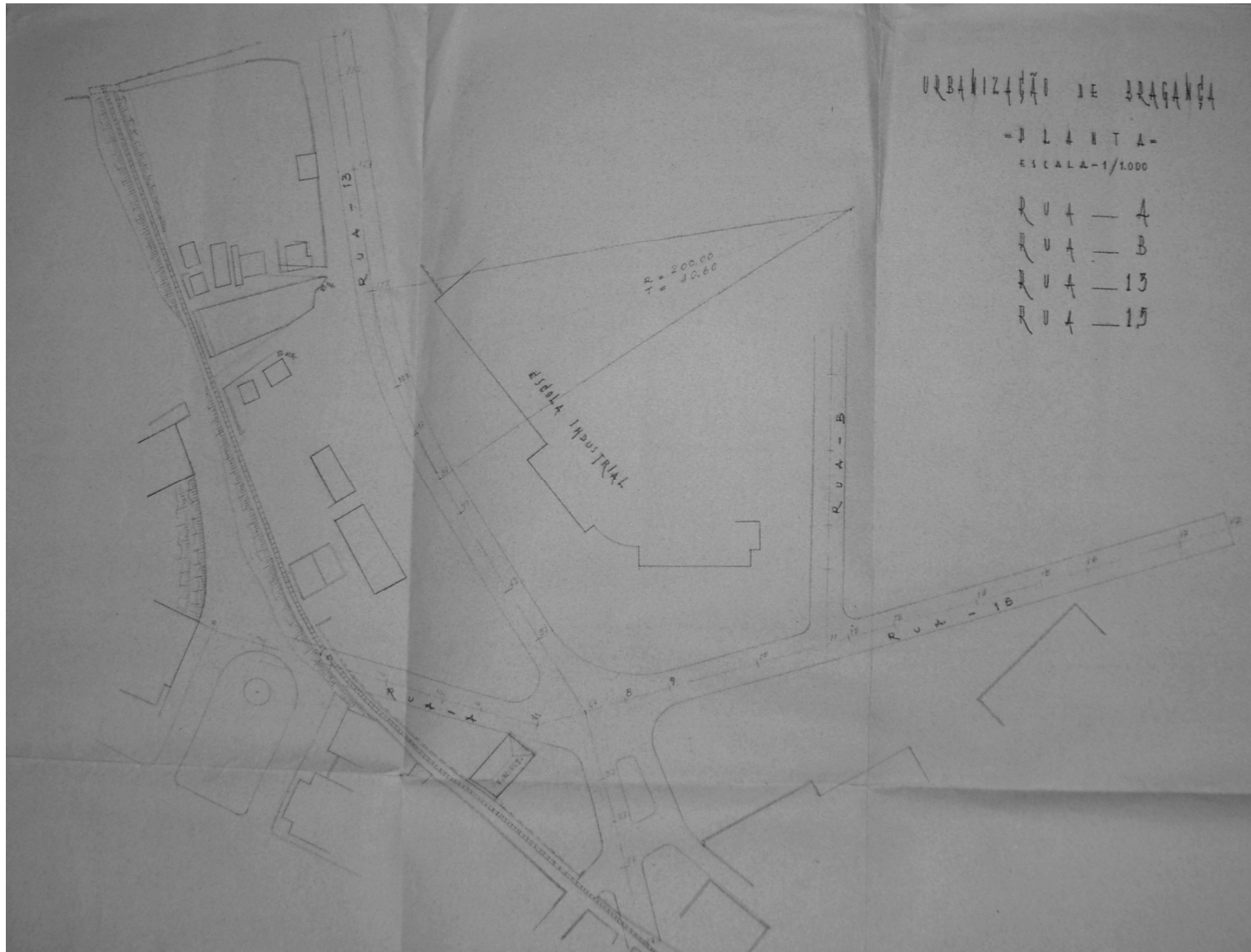


Imagem 42 – Estudo Prévio para a Implantação da Escola Industrial

Em Bragança proliferam alguns bairros, grande parte deles inicialmente clandestinos, devido ao fluxo migratório proveniente do meio rural. São os bairros periféricos que então oferecem maior atractividade. Houve necessidade de aumentar o número e o grau dos estabelecimentos de ensino. Reanimou-se o comércio e assistiu-se a um significativo aumento de construção. Bragança voltava a ser a cidade mais povoada de Trás-os-Montes.

No sentido de responder às necessidades de um aumento populacional, os equipamentos colectivos foram um programa que recebeu especial atenção do Estado, em geral, e dos profissionais da época, em particular. Este período foi favorável à notoriedade individual de alguns profissionais, que se dividiam essencialmente pelas tendências moderna – entretanto um pouco desvirtuada – e a tradicional – defensora da nostálgica nacionalidade, presente na imagem nacional que se pretendeu assumir.

A revisão do anterior PU resulta no Plano de Urbanização de 1956. Dedicado ao arranjo urbanístico da encosta do Forte São João de Deus, tinha como objectivo principal a implantação de alguns equipamentos públicos de elevada consideração. Entre os quais: o Quartel, a Escola Industrial, o Hospital e a Catedral.

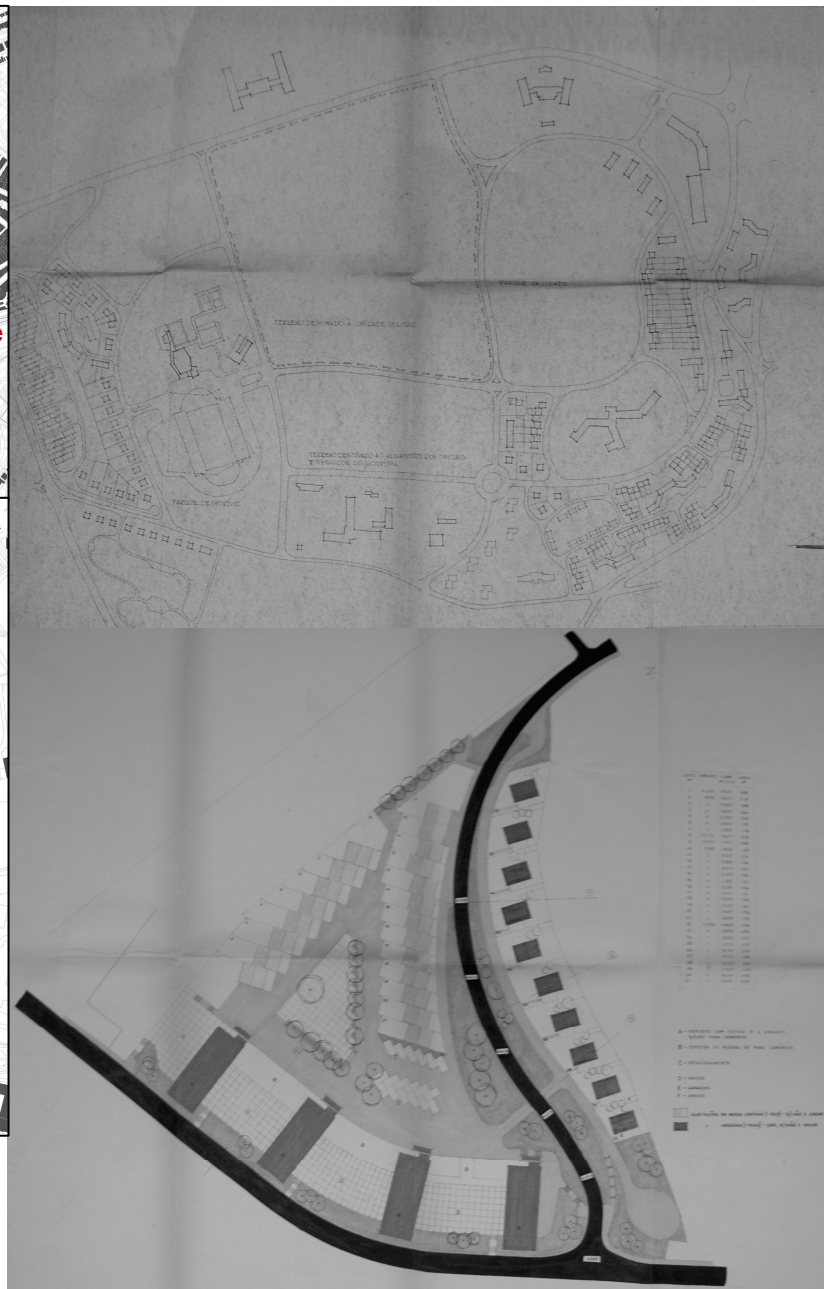
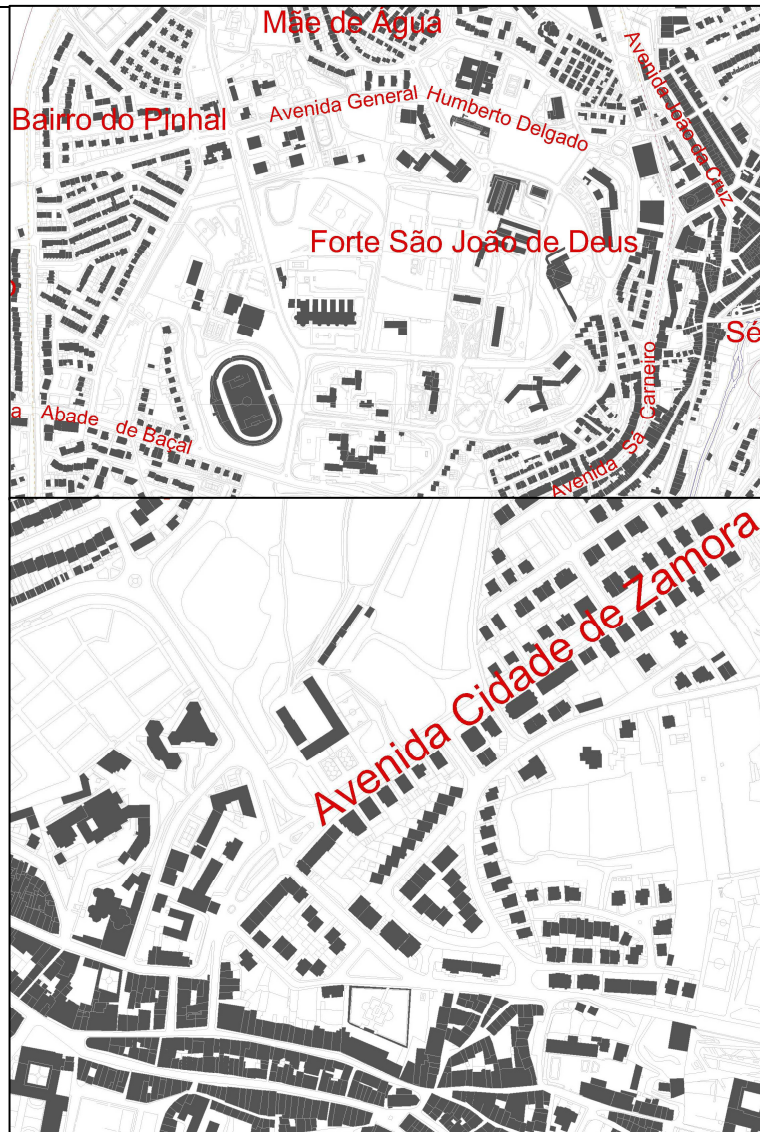
“É evidente que edifícios desta grandeza não podem ficar juntos, quer pela sua função determinada, quer pela natureza acidentada do terreno que neste caso tem grande importância para o futuro aspecto desta parte da Cidade. Há que evitar, portanto, o ‘empastelamento’ das grandes massas de construção, deixando entre eles o espaço bastante para que o conjunto

venha a ser aceitável dentro do programa proposto. Para tal efeito, submete-se à apreciação das entidades directamente interessadas um estudo esquemático da remodelação a fazer, a fim de que todos possam averiguar das razões que nos levaram a propor o novo arranjo.”²¹

A localização deste novo núcleo de equipamentos colectivos privilegiou a encosta uma vez que esta oferecia protecção geográfica com área suficiente para albergar os edifícios.

O Plano previu e tentou disciplinar o desenvolvimento da cidade para sul. Neste sentido e perante o entendimento do traçado da linha ferroviária como um elemento opressor à expansão da cidade, é proposto o desvio pelo lado noroeste da cidade. A localização da Estação Terminal manteve-se uma vez que se encontrava relativamente próxima dos principais serviços públicos, assim como, do local onde se realizava a feira. Um atractivo pólo económico a nível regional. O Plano considera, ainda, o arranjo da Praça do Município, posteriormente denominada por Praça Cavaleiro de Ferreira, cujo propósito era harmonizar o espaço público que ligava edifícios como o Palácio da Justiça e o edifício dedicado à Secção de Finanças.

²¹ GODINHO, Januário, Plano de Urbanização de Bragança – Remodelação do arranjo urbanístico da encosta do Forte São João de Deus, 1956



Imagens 43 e 44 (à esquerda) – Partes da Planta Actual da Cidade

Imagens 45 e 46 (à direita) – Planos Parcelares e Estudos Prévios de Viana de Lima

(à direita, em baixo – Bairro da Estacada)

Ainda na década de 60, princípios da década de 70, surge uma nova figura associada ao Planeamento da Cidade de Bragança, o Arquitecto Viana de Lima. Substituindo o Arquitecto Januário Godinho, na qualidade de urbanista, vai inserir uma nova concepção estética e funcional na cidade, o que implica uma nova revisão do Plano de Urbanização. Como tentativa de dar resposta às muitas necessidades emergentes da urbe, existe referência a uma grande produção de Planos Parcelares, por parte deste arquitecto. Ao contrário do seu antecessor, conhece-se a tradução gráfica das suas intenções para a cidade. Nem todos os projectos foram realizados e a maioria representava novos bairros. Entre os concretizados destacam-se: o Bairro da Estacada, o Bairro São João de Brito e, ainda, o Bairro da Providência. Também é de sua autoria a requalificação do Hospital caracterizado pelo significativo acréscimo da fachada sul. Documentos como a correspondência entre o arquitecto e a Câmara, são claros indicadores de um acompanhamento regular e interessado da evolução da cidade. Em 1967, este autor ainda apresenta um projecto para o arranjo urbanístico da zona envolvente ao quartel da GNR.

Neste período surgiram também as primeiras manifestações de preocupação com o tráfego urbano e o seu impacto com as áreas antigas. Assim como a influência directa que exercia na expansão das periferias. A evolução histórica levou os centros degradados das cidades a tornarem-se reservas de alojamento barato. Logo, as populações quando procuravam melhores condições de habitabilidade e melhores acessos, deslocavam-se para fora destes núcleos. O crescimento de Bragança processou-se, predominantemente, a partir da ocupação das suas ligações viárias e fora do denso núcleo antigo, problemático relativamente ao tráfego. Associada ao impacto que a sociedade moderna exercia sobre os núcleos históricos,

surgiu a questão da conservação integrada que era entendida como um dos pressupostos do planeamento urbano e regional. A conservação integrada era essencialmente o resultado da acção conjugada das técnicas do restauro e da pesquisa de funções apropriadas actuais e socialmente úteis. Requer, ainda, a utilização de recursos jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos e a requalificação inerente deve ser conduzida por um espírito de justiça social, não devendo ser acompanhada pelo êxodo de todos os habitantes de condição modesta. Apesar de toda a iniciativa se ter desenvolvido a partir da defesa do antigo, o novo não devia ser preterido. E a conservação integrada não exclui a arquitectura contemporânea nos conjuntos antigos, apesar de dever ter em conta o envolvente existente, respeitando as proporções, a forma e a disposição dos volumes, assim como os materiais tradicionais. Uma das maiores preocupações desta nova atitude para com a cidade era possibilitar a maior participação e sensibilização dos seus cidadãos, mantendo-os informados e activos quer na protecção, quer na evolução qualificada.



Imagem 47 – A transformação política é traduzida pela ânsia de modernidade e pelo alargamento das práticas de fazer cidade, que procuraram solucionar o problema do crescimento desordenado com o ordenamento dos bairros clandestinos e integração de novos bairros.

3.1.4. Década de 70 | Década de 80

Ao longo destas duas décadas, o conceito de reabilitação urbana está indissociavelmente ligado à problemática da cidade histórica, e para a reabilitação desta é necessário seguir uma política de conservação integrada que visa contrariar o declínio físico, social e económico dos tecidos antigos. São os núcleos antigos que maiores constrangimentos sofreram com as transformações sucessivas da cidade ao longo do tempo, quando são as áreas eram solicitadas para desempenharem funções urbanas. A redução da tensão exercida sobre estes dependia da orientação de decisões relativamente ao desenvolvimento das áreas urbanas periféricas, que devia ser no sentido de estabelecer uma continuidade entre ambas. Da conquista desta harmonia resultava um sentimento de identidade por parte dos cidadãos relativamente à sua cidade, permitindo que os núcleos antigos abandonassem a caracterização associada à degradação e baixa qualidade habitacional, e os núcleos periféricos abandonassem o rótulo de *sem carácter, nem memórias*. Estes objectivos iriam constituir a base de uma nova directriz ideológica para a realização de todo o planeamento urbano e regional, como forma de defender os tecidos urbanos antigos. Entre as estratégias adoptadas destacaram-se as novas políticas de transportes públicos e emprego, assim como uma melhor distribuição dos centros de actividades urbana.

Na década de 70 são definidas as classificações do edificado e dos espaços urbanos, e também previstas as novas zonas sectoriais, preconizando o PDM, instrumento tornado prática corrente a partir de 1882. As áreas subdivididas em sectores funcionais com capacidade construtiva sujeitos a regulamentação específica e submetidos a uma protecção especial ou expectante. Também foram considerados os espaços verdes públicos ou arborizados e as zonas propensas a serem ocupadas por

equipamentos colectivos de interesse geral da população. Foram, ainda, definidas as zonas a salvaguardar, mais abrangente relativamente ao património alvo. Deu-se um alargamento das práticas de salvaguarda, até então restringidas ao monumento. Apesar de este continuar a ser o elemento central, o envolvente passou a ser considerado essencial para a valorização e abordagem cenográfica do conjunto.

A alteração nas práticas de requalificação foi fundamentada numa grande produção e revisão legislativa realizada neste período, assim como a adequação dos meios administrativos à realidade social. Entre algumas das componentes deste aparelho legislativo destaco a Reformulação da Lei dos Solos que veio permitir a possibilidade de expropriação e posse administrativa de imóveis em casos gravemente afectados pela degradação, quando de interesse público. O PRID^{xxxix} (Programa para a Recuperação de Imóveis Degradados) que possibilitou a utilização de linhas de crédito para financiar a recuperação de imóveis habitacionais degradados. O PRU (Programa de Reabilitação Urbana) que visava apoiar as autarquias locais através de apoio financeiro à reabilitação em colaboração financeira com a DGPU^{xxx} (Direcção Geral do Planeamento Urbanístico) e com as autarquias, o que originou a constituição do GTL^{xxxi} (Gabinete Técnico Local) para o lançamento e gestão de processos de reabilitação urbana. Perante a ausência de regulamentação, estes gabinetes assumem como prática a elaboração de Planos de Salvaguarda e Valorização^{xxxii}, que são registados na DGOTDU^{xxxiii} (Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano), possibilitando o despoletar de processos de reabilitação dos centros históricos e áreas urbanas degradadas.

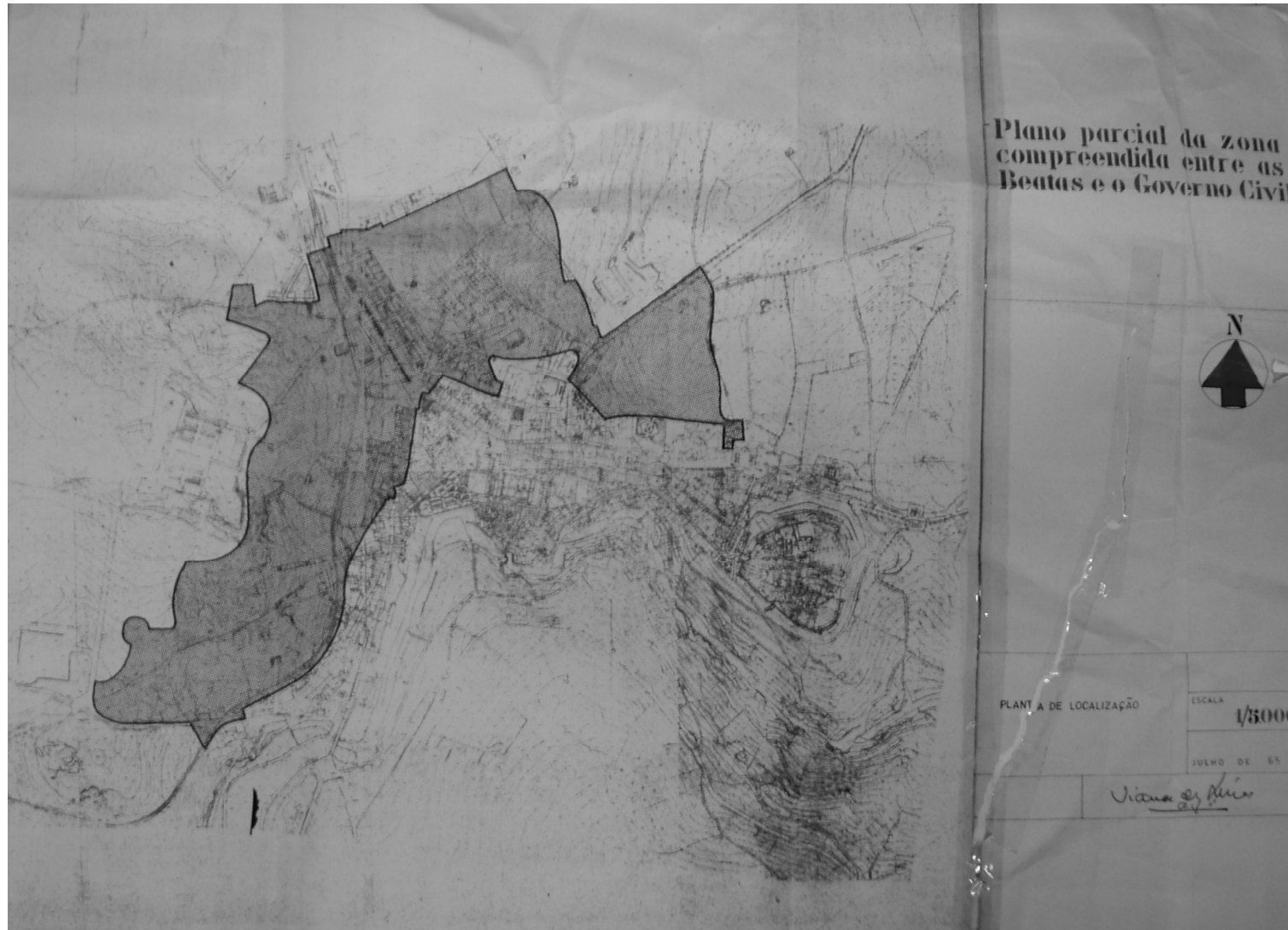


Imagem 48 – Plano Parcelar da autoria de Viana de Lima

Através destas equipas técnicas locais que desenvolvem-se estratégias e planos que privilegiam a requalificação dos espaços públicos, a renovação ou introdução de infra-estruturas e equipamentos públicos necessários, procurando manter e melhorar a qualidade da habitação das populações residentes. Os Planos de Salvaguarda de primeira geração que limitaram-se, essencialmente, ao contexto físico do centro da cidade, ignorando por vezes o conteúdo social.

A “sucessão de diplomas, que revelam uma evolução do conceito de Património e das medidas tendentes à sua protecção, tem a sua conclusão em 1985, na conhecida Lei do Património, que denota claras influências da Lei Francesa do Património de 1962, que ficou conhecida pelo nome do seu redactor, o ministro da Cultura e poeta André Malraux. A Lei Gaulesa previa a criação dos Secteurs Sauvegardés e dos Plans de Sauvegarde et de Mise en Valeur, traduzidos na legislação nacional pela continuidade das Zonas Especiais de Protecção e pela criação da figura dos Planos de Salvaguarda.”²²

O dia 25 de Abril, para além da transformação política do regime, traduz a ânsia de modernidade que se fazia sentir na sociedade e na cultura portuguesas. O *centro histórico* era então nomeado como um dos mais problemas urbanos mais pertinente. Era necessário recuperar os valores culturais que transportava e resolver os problemas de salubridade, sobre-ocupação e miséria que os centros urbanos históricos denunciavam. Bragança, como outras cidades portuguesas, foi sensibilizada para a

necessidade de intervir urgentemente no seu núcleo antigo com a finalidade de recuperar os seus edifícios e a sua história. A idade de alguns deles e o estado de degradação em que se encontravam transmitiu-nos a sua já longa existência como cidade e até como povoamento. Assim como conferem o particular carácter da Vila e da Cidade. A organização das suas ruas, praças e construções testemunham um passado, guerras e situações de paz, mudanças socioeconómicas e culturais, experiências e vivências de várias gerações, e a sua formação como espaço urbano. A definição de uma tipologia de habitação, resulta por vezes da sobreposição de elementos de cunho pessoal ou de moda, com uma forma simples e sem pormenores arquitectónicos especiais, que, quando existem, são pouco trabalhados. Os edifícios antigos caracterizam-se pela diversidade de materiais e técnicas empregues, dos quais normalmente não existe qualquer registo ou informação. Além disso, pelo seu tempo de vida em serviço é natural que, desde a concepção original, tenham tido diversas funções e utilizações, assim como diferentes abordagens perante questões de deterioração por parte dos seus utentes, inclusive demolições ou trabalhos de manutenção inadequados.

A recuperação destes edifícios constituiu um desafio. Pretendeu-se adaptar edifícios preparados e concebidos para determinada função, que nos nossos dias estão muito longe do que se entende por condições mínimas de conforto, aos requisitos mínimos e contemporâneos de habitabilidade. A iniciativa teve de abranger um conjunto de trabalhos que tornassem aptos os edifícios a novas funções ou às mesmas, mas adaptadas de forma a aproximarem-se dos actuais critérios regulamentares.

²² FLORES, *op. cit.*, pp.36

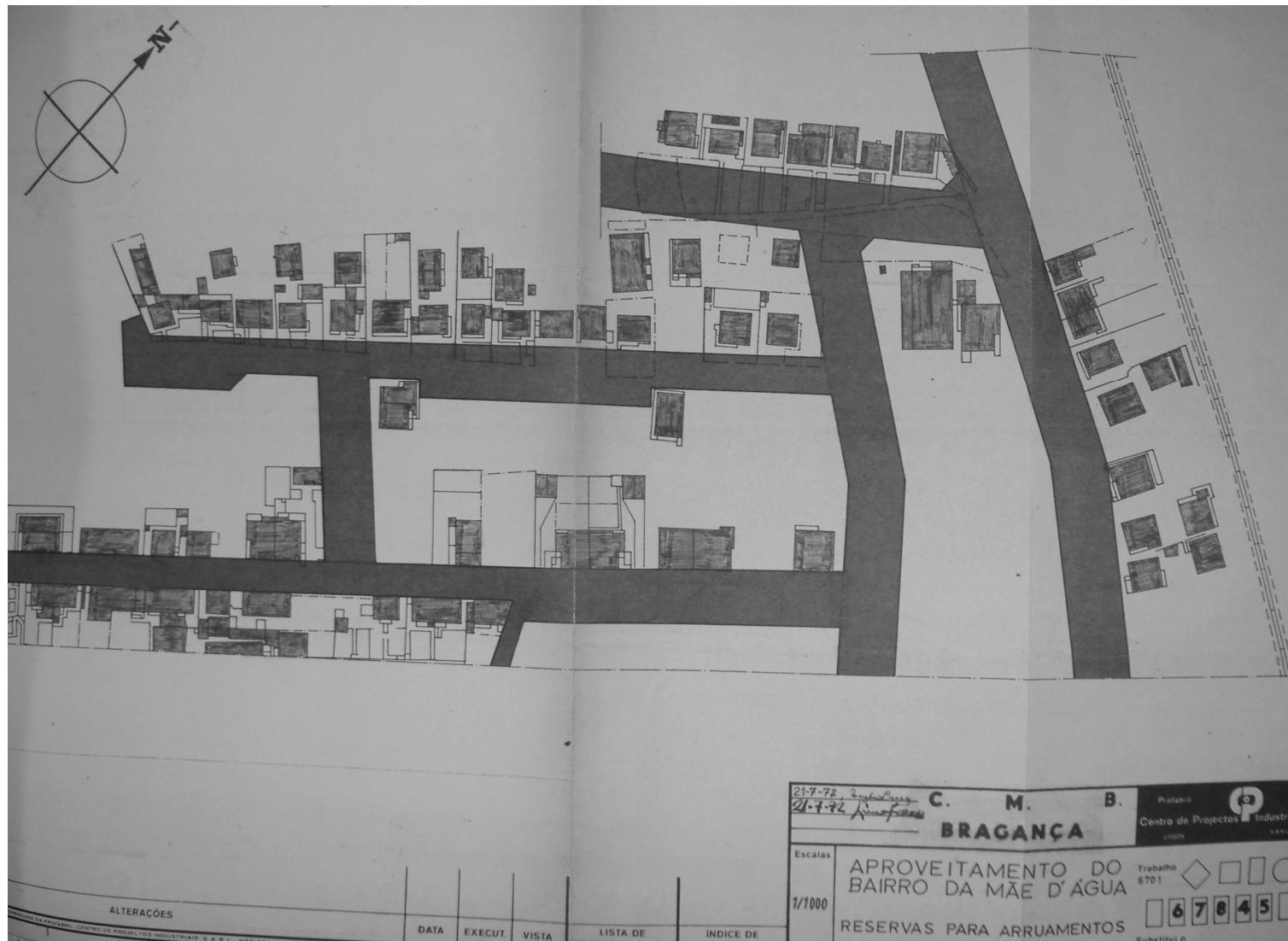


Imagem 49 – Plano Parcelar para o Bairro Mãe d'Água, autoria Profabril (1972)

Não é possível ignorar que a evolução das diversas instalações nos edifícios foi demasiado rápida no último século, muito superior àquela que se vinha a verificar nos séculos anteriores, tanto quantitativamente como qualitativamente, assegurando níveis de conforto impensáveis em épocas anteriores. Certas instalações que eram impensáveis formam uma parte importante do edifício, pois conferem melhores condições de conforto para quem neles habita e deles usufrui, por exemplo o elevador. Quando não são possíveis de aplicar e são entendidas como indispensáveis, justificam a demolição de alguns edifícios.

Ao observar a planta de Bragança, é possível observar o significativo crescimento da cidade neste período, embora em grande parte se deva ao aparecimento de alguns bairros clandestinos, que se apresentam desordenados uma vez que não têm como base um suporte urbanístico ordenador.

No sentido de fazer face a este problema, em 1971, o Arquitecto Viana de Lima propõe à Câmara Municipal de Bragança um Plano Piloto que terá como consequência a revisão do Projecto de Urbanização da década de 60. A situação alterou-se de tal modo que apenas se mantiveram válidas as directrizes referentes ao esquema viário fundamental. Este novo Plano foi aceite forçosamente pela necessidade de requalificar e regulamentar a expansão da cidade, fora do perímetro urbano previsto, que a Câmara não conseguiu «conter nem disciplinar». Foram elaborados numerosos estudos e apresentados diversos planos de pormenor, no sentido de responder às novas solicitações. Perante a cidade que se estava a surgir, planeou-se um novo núcleo principal de serviços e previu-se a sua zona de influência, a fim de determinar as potencialidades da região no âmbito económico, administrativo e habitacional.

Em 1972, a Profabril, uma empresa independente que prestava serviços de consultoria multi-disciplinares, começou a elaborar inquéritos, análises e projectos como base para a elaboração do Plano Director Municipal. No âmbito destes trabalhos foram elaboradas previsões demográficas e de desenvolvimento económico, assim como se estabeleceram directrizes de planeamento regional e opções fundamentais do interesse do concelho e da cidade.

Entretanto, em 1973, são propostos alguns Planos Parciais que permitem identificar a diferença da respectiva dimensão de alguns bairros reconvertidos relativamente à prevista no Plano de Urbanização, tanto a nível de integração como de estruturação. Estes bairros – Mãe de Água, Vale de Álvaro, Cantarias, São João de Brito, Ciganos e Coxa – surgiram sem planeamento e mereceram especial das propostas ordenadoras elaboradas, uma vez que quando analisados para subsequente requalificação, já se apresentavam maiores do que o projectado.



Imagem 50 – Bairro da Coxa
Imagem 51 – Bairro dos Formarigos



Imagem 52 – Bairro do Vale Chorado
Imagem 53 – Avenida João da Cruz

